

Dinâmicas da juventude rural em Santa Catarina: Reprodução social da agricultura familiar e desenvolvimento regional

Eliziane Raquel Rauch Ceratti

Hieda Maria Pagliosa Corona

GT4: DESENVOLVIMENTO RURAL, ALIMENTAÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEL

RESUMO

A agricultura familiar tem papel fundamental na segurança alimentar e no desenvolvimento regional, sobretudo em áreas rurais. Este artigo analisa os dados censitários da população jovem do meio rural em Santa Catarina, à luz do processo de reprodução social da agricultura familiar, com foco no desenvolvimento regional. Para isso, foram correlacionados dados dos três últimos Censos Demográficos (2000, 2010 e 2022) a fim de identificar tendências e impactos regionais. A pesquisa, de abordagem qualitativa, baseia-se na análise de dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do último Censo Agropecuário realizado em 2017. Os resultados revelam uma redução expressiva da população jovem nas áreas rurais catarinenses, mesmo diante do crescimento populacional total do estado, o que reforça as tendências de êxodo rural e os desafios à sucessão familiar. Apesar da existência de políticas públicas voltadas à agricultura familiar, as dificuldades de permanência dos jovens no campo evidenciam lacunas estruturais e regionais na sua efetividade, o que indica uma desconexão entre a eficácia e o alcance dessas políticas com a elaboração de projetos de desenvolvimento regional no viés do atendimento às demandas do mundo rural. Conclui-se que é urgente repensar as estratégias de desenvolvimento regional e de fortalecimento da agricultura familiar, considerando as especificidades da juventude rural.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Jovens rurais. Desenvolvimento regional. Reprodução social.

1. Introdução

A discussão sobre a reprodução social da agricultura familiar com ênfase na juventude rural continua em voga, especialmente quando são analisados os dados censitários mais recentes. Apesar de os dados estatísticos indicarem a importância da agricultura familiar para o desenvolvimento regional, eles não explicam, por si só, o constante processo de migração e êxodo rural.

A dinâmica migratória do meio rural é um fenômeno histórico que se intensificou nas últimas décadas, impulsionado por fatores como a modernização da agricultura, a concentração fundiária, as incipientes políticas públicas direcionadas à agricultura familiar, a dificuldade de sucessão rural, bem como a maior oferta de serviços e possibilidades nas cidades (Castro, 2019). Ao impactar diretamente a reprodução social da agricultura familiar, a

migração juvenil reduz a força de trabalho disponível no campo e compromete a continuidade das unidades rurais e a transmissão de conhecimento entre gerações.

Como lembra Abramovay (2003), a permanência da juventude no campo é essencial para a manutenção das práticas produtivas, da cultura local e do desenvolvimento das comunidades rurais. Logo, estudos que buscam diagnosticar a realidade rural são essenciais na perspectiva de contribuir para a elaboração de políticas públicas que promovam melhores condições de vida no campo. Nesse sentido, projeções demográficas são fundamentais para o planejamento, especialmente no que se refere ao desenvolvimento e à agricultura familiar.

Diversos são os desafios para a reprodução da agricultura familiar, principalmente a questão da permanência da juventude rural, o que leva a problematizar a seguinte questão: como se apresenta a realidade demográfica atual da juventude rural no estado de Santa Catarina com destaque para as Regiões Geográficas Intermediárias (RGINTs), considerando o processo de reprodução social da agricultura familiar para o desenvolvimento regional? O objetivo é analisar os dados censitários da população jovem de Santa Catarina e destacar as diferenças entre as RGINTs à luz da discussão sobre a reprodução social da agricultura familiar com destaque para o processo de desenvolvimento regional.

Para isso, foram coletados dados dos três últimos censos demográficos (2000, 2010 e 2022) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e dados do último Censo Agropecuário realizado em 2017 a fim de compreender as tendências regionais e os impactos dessa análise para a reprodução social da agricultura familiar.

Assim, o artigo está estruturado da seguinte forma, além desta seção introdutória, outras quatro seções são apresentadas. Na segunda seção, apresentam-se os aportes teóricos que fundamentam o debate sobre a reprodução social da agricultura familiar com destaque para a juventude rural e a contribuição da agricultura familiar para o desenvolvimento regional a partir da perspectiva de Van Der Ploeg. Na terceira seção, são descritos os procedimentos metodológicos escolhidos para atingir o objetivo deste estudo. Em seguida, são apresentados os resultados e as discussões da análise dos dados. Por fim, são tecidas as considerações finais, indicando lacunas na efetividade das políticas públicas, bem como a importância do aprofundamento de estudos que possam contribuir para o entendimento das múltiplas questões que envolvem a reprodução social da agricultura familiar e seu fortalecimento.

2. Juventude rural e reprodução social da agricultura familiar

A agricultura familiar é oficialmente identificada como categoria social e política, produtora de alimentos e protagonista no processo de desenvolvimento regional a partir de meados da década de 1990, resultado de esforços de três grandes conjuntos de atores que promoveram a construção dessa categoria no Brasil: 1) o trabalho de intelectuais/acadêmicos; 2) as mobilizações sociais/sindicais de agricultores familiares e 3) as políticas de Estado e as normativas legais (Picolotto, 2014).

Nos anos seguintes alguns avanços em termos de políticas públicas ocorreram, tais como a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a instituição do PRONAF (um marco na história das políticas públicas para a agricultura familiar), e a promulgação da Lei da Agricultura Familiar em 2006 (Picolotto, 2014). No entanto, apesar desses esforços acadêmicos, sociais e estatais, a agricultura familiar ainda carece de ações que deem conta das transformações do mundo contemporâneo de modo especial a reprodução social da agricultura familiar diante do contínuo contexto de esvaziamento do campo e a falta de ações para a permanência de jovens nas atividades do meio rural.

O conceito de reprodução social é compreendido a partir de estudiosos que interpretaram os estudos de Bourdieu e buscaram contextualizar esse conceito dentro da dinâmica da agricultura familiar. Tais referências permitiram construir um quadro inicial sobre as contribuições de Bourdieu “[...] para quem o processo de reprodução social está vinculado às estratégias – informadas pelo habitus e pelos projetos de futuro – dos atores sociais circunscritos em um espaço físico e social” (Corona, 2006, p. 7).

De acordo com Spanevello (2008, p.39), a reprodução social remete à ideia de continuidade dos indivíduos e grupos sociais. “[...] A noção de reprodução social envolve, por um lado, as dimensões da produção de bens materiais e, por outro, a organização social dessa produção através do trabalho”. Dessa maneira, para que a sociedade e/ou grupo social possa garantir a reprodução social, deve haver estratégias para resolver problemas cotidianos e a elaborar projetos para o futuro na perspectiva de dar continuidade a um determinado sistema social, cultural, econômico, político etc. (Ceratti, 2020).

A dinâmica da juventude rural no contexto da agricultura familiar traz à tona uma complexidade de situações conforme já apontaram os estudos de Carneiro (2006) Stropasolas (2006), Castro (2019) entre outros e que justificam a necessidade de mais pesquisas que investigam essa problemática. Compreende-se que a permanência da juventude no campo é um fator decisivo para a reprodução social da agricultura familiar, a continuidade das comunidades rurais, das tradições rurais. O papel dos jovens nesse processo envolve a transição das práticas rurais de uma geração para a outra, sendo eles os futuros sucessores geracionais das unidades familiares de produção, e muitas vezes responsáveis por adaptar

as atividades rurais às novas exigências e desafios econômicos, sociais e ambientais (Abramovay, 2003).

A agricultura de base familiar é gerida pela própria família, onde os donos de produção administram e ao mesmo tempo realizam o trabalho em conjunto com a família (Wanderley, 2014, Lamarche, 1993). Em 2006, no Brasil, foi aprovada a Lei 11.326 de 24 de julho de 2006, na qual define agricultor familiar da seguinte forma: I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Apesar das particularidades desta legislação há uma diversidade enorme presente nas áreas rurais, embora ainda lutem pelo reconhecimento e valorização social, este lugar não é apenas o local onde as pessoas obtêm seu sustento, mas também é onde vivem, expressam sua cultura e constroem sua identidade, pois são atores sociais que desempenham papéis fundamentais no contexto rural (Wanderley, 2009).

Nesta perspectiva, atenção especial deve ser dada ao processo de reprodução social da agricultura familiar, especialmente à juventude rural cujo papel se traduz em duas funções. A primeira função está relacionada à sucessão geracional, garantindo a prática e continuidade da agricultura familiar. Importante lembrar que a sucessão geracional na agricultura familiar não se dá apenas pela sucessão de terras e bens produtivos, mas também pela transmissão de conhecimentos, valores e identidades culturais associadas ao trabalho no campo (Pollnow, Caldas, Anjos; 2023, p.12). Os jovens herdam dos pais e avós as práticas rurais tradicionais, mas também são responsáveis por introduzir inovações e novas formas de organização da produção. No entanto, conforme Pollnow, Caldas e Anjos (2023, p.12).

A agricultura atual exige conhecimentos técnicos e administrativos maiores e mais complexos que aqueles transmitidos entre gerações ao longo do tempo. Ainda que seja fundamental a transmissão de saberes populares e conhecimentos locais, é evidente que as formas atuais de gerir as explorações agropecuárias obrigam os agricultores a buscar conhecimentos sobre, por exemplo, o funcionamento dos mercados, as ferramentas digitais, temas fiscais e novas tecnologias disponíveis.

E a segunda função, não obrigatoriamente, os jovens podem assumir as unidades familiares rurais a partir de novas perspectivas, sobre o uso das tecnologias, a adaptação ao mercado e a sustentabilidade ambiental. Esse papel inovador pode ser observado, por exemplo, na dinâmica da multifuncionalidade, no uso de tecnologias digitais para o

gerenciamento de unidades rurais, ou na incorporação de práticas rurais que respeitam o meio ambiente, como a produção orgânica e agroecológica (Castro et al, 2017).

Atualmente, persistem desafios significativos para a continuidade da agricultura familiar, como a migração para áreas urbanas em busca de melhores condições de vida, e a falta de políticas públicas que contribuam para a garantia de condições dignas para a permanência dos jovens no campo. Para Stropasolas (2006), a falta de acesso a terras, a crédito, a escassez de infraestrutura rural são fatores que dificultam a continuidade dos jovens no processo de reprodução social da agricultura familiar.

Castro et al (2017) destaca que diversas são as razões que a juventude rural pode circular entre os espaços urbanos e rurais, que pode não representar obrigatoriamente uma “saída” definitiva do campo. Dessa forma, para garantir que os jovens possam assumir a função da reprodução social da agricultura familiar, é indispensável a implementação e fortalecimento de políticas públicas efetivas voltadas às necessidades da população rural, especialmente a jovem (Ceratti, 2020), pois como bem enfatiza Wanderley (2009) os agricultores familiares desempenham papel essencial na segurança alimentar, mas precisam de apoio técnico e financeiro para garantir práticas mais sustentáveis.

Segundo Castro et al (2017, p. 295) existem jovens que querem ficar no campo e que estão articulados e “organizados nos movimentos sociais sindicais, extrativistas, camponeses, indígenas, quilombolas, ribeirinhos e pescadores que luta pela permanência da juventude de uma forma articulada com a mobilização por um desenvolvimento rural justo, inclusivo e sustentável, social e ambientalmente”.

Castro et al (2017) ressaltam que existem diversas razões pelas quais a juventude rural pode transitar entre ambientes urbanos e rurais, sem que isso signifique, necessariamente, uma “saída” definitiva do campo. Assim, a escolha entre permanecer ou não no meio rural é um processo que se revela complexo e dinâmico, influenciado pelas estratégias de reprodução construídas pelas famílias. É fundamental discutir essa questão pois “enquanto os processos sucessórios não forem objeto de discussões organizadas pelos próprios movimentos sociais no campo, será difícil organizar a política fundiária específica às regiões de predomínio da agricultura familiar” (Silvestro et al, 2001, p.27).

Além disso, discutir uma política agrária que abra caminhos e oportunidades para a juventude rural realizar os seus projetos de vida no campo é urgente em tempos atuais (Silvestro et al, 2001, p.22). Iniciativas como programas de incentivo à capacitação dos jovens rurais, a promoção de tecnologias sustentáveis e a melhoria das condições de vida nas áreas rurais também são indispensáveis. Políticas que promovam a inclusão digital e o acesso a

mercados para os produtos da agricultura familiar também podem contribuir para a permanência de jovens no campo e fortalecer a agricultura familiar como um todo.

2.1 Agricultura familiar e desenvolvimento regional à luz de Van Der Ploeg

Em sete teses sobre a agricultura camponesa, publicada em 2009, Van der Ploeg discute o papel que a agricultura camponesa, ou como é conceitualmente reconhecida no Brasil de agricultura familiar, exerce para a construção de um futuro sustentável e para a segurança alimentar global. Para o autor, esse tipo de agricultura é parte essencial da produção agrícola mundial, e que promove a geração de emprego e renda, especialmente durante crises econômicas e alimentares.

De acordo com Ploeg (2009), a agricultura de base familiar está fundamentada em sete teses. A primeira delas, segundo o autor, consiste no argumento que este tipo de agricultura se baseia fortemente no capital ecológico, o que a diferencia da agricultura empresarial, e os agricultores familiares representam a maior parte da população agrícola mundial e contribuem significativamente para a produção de alimentos, emprego e renda. Para o autor, o modo de produção camponês é fundamental para enfrentar a crise econômica e alimentar global atual.

A segunda tese, defendida por Ploeg (2009) é que a atual luta por autonomia é determinante para a agricultura camponesa, isto é, ela é definida pela luta por autonomia e progresso em um contexto de dependência, marginalização e privação. Essa luta se materializa na criação de uma base de recursos autogerida, que envolve recursos sociais e naturais, com a terra como pilar central. Nesse sentido, conforme explica Ploeg (2009) a coprodução entre o ser humano e a natureza viva é moldada para atender aos interesses da família camponesa, fortalecendo a base de recursos.

A terceira tese, apresentada por Ploeg (2009) é que a agricultura camponesa ou agricultura familiar se baseia em um capital de recursos não-mercantilizados, resultado da coprodução com a natureza, pois os níveis de campenização são essenciais para a análise da agricultura, indicando menor dependência dos mercados para insumos. Assim, explica o autor, a produção camponesa visa a reprodução, melhoria e ampliação do capital ecológico, a produção de excedentes comercializáveis e a criação de redes institucionais.

Já a quarta tese, é de que a centralidade do capital ecológico ajuda a desenvolver (de forma sustentável) a produção agrícola, mesmo sob condições altamente adversas. Segundo Ploeg (2009), a agricultura camponesa busca produzir o máximo de valor agregado possível, refletindo a necessidade de gerar renda independente, diferente da agricultura empresarial, que busca aumentar a escala de produção, o progresso camponês beneficia a comunidade e a região.

Em relação a quinta tese, Ploeg (2009) explica que o mercado global e os impérios alimentares geram crises agrárias e alimentares permanentes, pois a crise agrária atual emerge da industrialização da agricultura, da introdução do mercado global e da reestruturação da indústria de processamento em impérios alimentares. O autor destaca que a industrialização da agricultura leva a uma desconexão com a natureza e a uma dependência do capital industrial e financeiro, e a liberalização dos mercados e a expansão dos impérios alimentares geram turbulência, insegurança e pressão sobre a agricultura, dificultando a produção para os agricultores.

A sexta tese, conforme Ploeg (2009) é que se de um lado os agricultores familiares do mundo estão sofrendo com as muitas consequências do ordenamento imperial da produção de alimentos, por outro eles constituem a maior resposta. Segundo Ploeg (2009) a resistência camponesa se manifesta de diversas formas, incluindo intervenções diretas nos processos produtivos e no trabalho estando presente no florescimento da agroecologia e em outras formas de desenvolvimento rural autônomo, buscando soluções locais para problemas globais. Para o autor essa resistência se expressa na criação de novas unidades camponesas de produção e consumo, na apropriação de áreas naturais e na busca por alternativas aos modos de ordenamento dominantes.

A sétima e última tese apresentada por Ploeg (2009) é que a resistência da agricultura familiar é a principal força motriz da produção de alimentos, onde os agricultores resistem aumentando a produção, reduzindo custos monetários, engajando-se em lutas e construindo redes de apoio. A agricultura camponesa pode ser ambientalmente sustentável e possui o potencial de alimentar o mundo, desde que tenha espaço sociopolítico e econômico para tal.

Assim, como bem destaca Van der Ploeg (2009), a contribuição da agricultura camponesa/familiar é significativa para o debate sobre o desenvolvimento regional na medida em que este tipo de agricultura é capaz de construir dinâmicas socioeconômicas mais sustentáveis e resilientes, uma vez que não é homogênea e se desenvolve de forma diferenciada conforme as especificidades regionais, influenciada por fatores históricos, culturais, ecológicos e políticos.

Além disso, Van der Ploeg (2009) destaca que a agricultura familiar não é um resquício do passado, mas uma alternativa viável e necessária para o desenvolvimento sustentável, especialmente em regiões que buscam fortalecer suas economias locais e reduzir a dependência de mercados globais voláteis, na medida em que desenvolvem estratégias de resistência diante da crescente mercantilização da agricultura, impactando diretamente no desenvolvimento regional, pois reforça a capacidade das comunidades de manter sua autonomia produtiva e alimentar.

Ao discutir a importância das redes sociais e da cooperação entre camponeses, que são essenciais para a reprodução social da agricultura familiar e para a construção de modelos alternativos de desenvolvimento regional baseados na solidariedade e na sustentabilidade, Van der Ploeg (2009) expõe que a agricultura de base familiar traz benefícios para o desenvolvimento regional ao promover práticas agrícolas mais sustentáveis, integradas ao meio ambiente e às comunidades locais. Porém, o autor também reforça a necessidade de políticas públicas que fortaleçam a agricultura camponesa, como crédito rural adequado, assistência técnica e mercados institucionais.

Portanto, os pressupostos teóricos de Van der Ploeg (2009) são fundamentais para discutir o desenvolvimento regional a partir da reprodução social da agricultura familiar. A problematização exposta pelo autor em sua obra contribui para compreender como os processos de permanência ou êxodo dos jovens rurais estão ligados às condições estruturais da agricultura camponesa e às políticas que afetam sua viabilidade.

3. APORTE METODOLÓGICO

O caminho metodológico para a construção deste estudo contou com a abordagem qualitativa, sendo descritiva e interpretativa. A escolha deste tipo de abordagem se justifica pela necessidade de compreender os processos sociais envolvidos na reprodução da agricultura familiar e as dinâmicas da juventude rural para além dos números brutos. Essa abordagem permite interpretar tendências, identificar padrões e contextualizar os dados censitários dentro de uma perspectiva que considera os aspectos sociais, econômicos e territoriais da migração rural-urbana conforme propõe Minayo (2001), ao destacar que a pesquisa qualitativa busca compreender a lógica interna dos fenômenos sociais e suas múltiplas dimensões.

Os dados apresentados foram coletados no Censo Agropecuário de 2017, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. O objetivo foi construir um panorama geral sobre o número de unidades familiares rurais no Brasil, em Santa Catarina e nas regiões geográficas intermediárias desse estado. Além disso, reuniu-se dados sobre a população jovem que vive nas áreas urbanas e rurais com base nos três últimos censos demográficos disponíveis no Sistema de Recuperação Automática – (SIDRA/IBGE).

A definição das escalas de análise, Brasil, SC e RGINTs permitiram uma visão mais ampla e, ao mesmo tempo, detalhada da dinâmica da juventude rural e da agricultura familiar. O recorte nacional (Brasil) possibilita contextualizar as tendências gerais, enquanto a análise em nível estadual (Santa Catarina) permite uma compreensão mais específica da realidade regional. A escolha das regiões geográficas intermediárias dentro do estado baseou-se na

escolha de identificar diferenças interestaduais, considerando suas especificidades socioeconômicas, produtivas e demográficas.

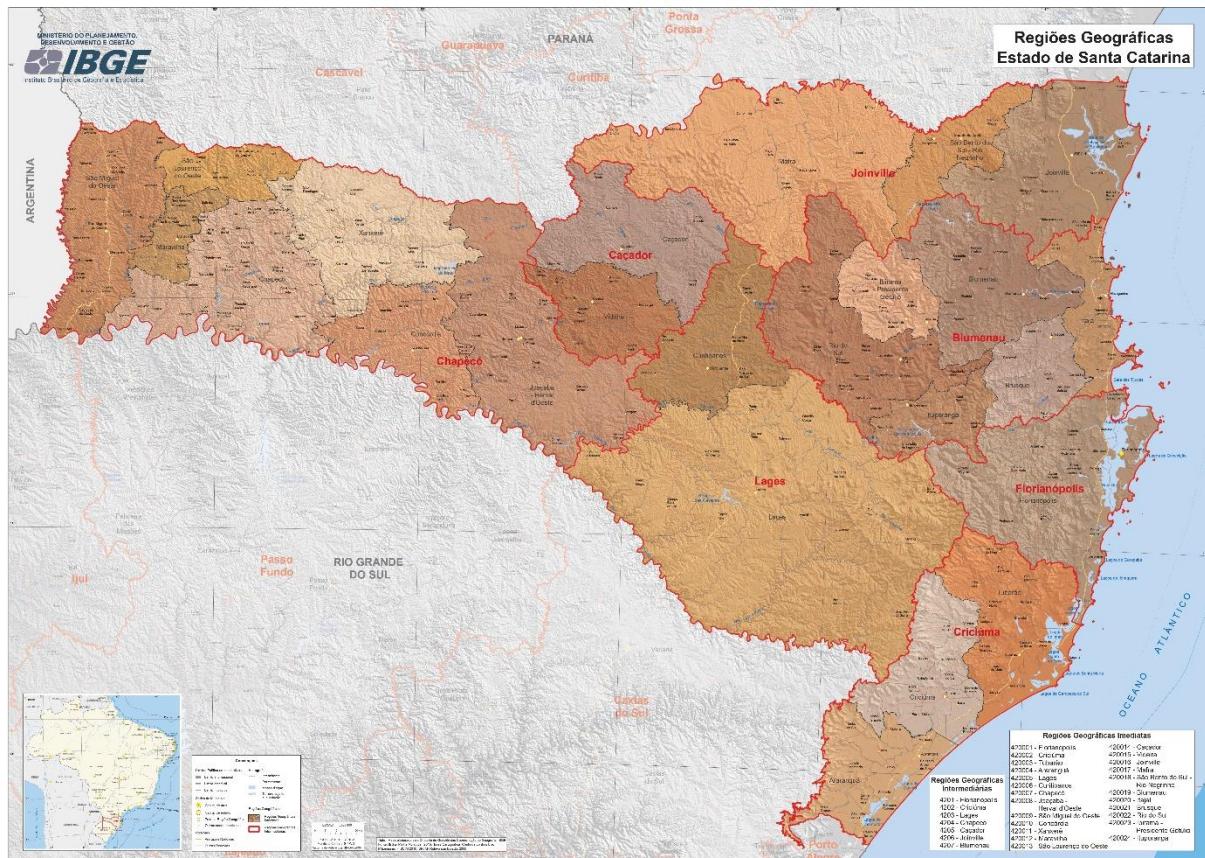
Para a análise dos dados, adotou-se uma abordagem comparativa e descritiva. Inicialmente, os dados censitários foram organizados e categorizados conforme as escalas de análise (Brasil, Santa Catarina e regiões geográficas intermediárias do estado). Em seguida, foram comparados entre os diferentes períodos censitários (2000, 2010 e 2022), permitindo a identificação de tendências populacionais da juventude rural e suas relações com a reprodução social da agricultura familiar. Após essa comparação, descreveu-se a evolução dos indicadores e seus possíveis impactos para a agricultura familiar e o desenvolvimento regional, destacando padrões e variações ao longo do tempo.

Uma limitação deste estudo decorre da forma como o IBGE disponibilizou os dados etários no Censo Demográfico de 2022. Enquanto em censos anteriores era possível considerar a faixa etária de 15 a 29 anos de maneira contínua, os dados mais recentes foram agrupados em intervalos fixos (15 a 19 anos, 20 a 24 anos e 25 a 34 anos).

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conforme a nova regionalização realizada pelo IBGE em 2017, o estado de Santa Catarina possui sete regiões geográficas intermediárias, sendo elas: RGINT Florianópolis; RGINT Criciúma; RGINT Lages; RGINT Chapecó; RGINT Caçador; RGINT Joinville e RGINT Blumenau. Em relação ao número de municípios por RGINT temos em ordem decrescente os seguintes: Chapecó (109); Criciúma (44); Joinville (25); Lages (24); Florianópolis (17); Caçador (16) e Blumenau (12).

Figura 1. Mapa de localização das Regiões Geográficas Intermediárias de SC.



Fonte: IBGE, 2017.

As Regiões Geográficas Intermediárias podem ser entendidas como áreas que se organizam de acordo com o sistema urbano do Brasil e “possuem área, tamanho de população, densidade no número de centros, crescimento populacional, além de outros aspectos, que reproduzem o padrão de diversidade do País, variando conforme a localização e sua organização espacial” (Oliveira, 2020, p.13). Essas regiões são estruturadas em torno de cidades grandes e médias, que desempenham um papel importante nas atividades econômicas e na oferta de bens e serviços públicos e privados, tanto de alta quanto de média complexidade. Essas cidades se conectam em redes que se apoiam mutuamente. “São formadas por núcleos regionais classificados segundo a centralidade, possuindo estreitas relações com os municípios que polarizam e exercem funções de coordenação e controle” (Oliveira, 2020, p. 130).

Dessa forma, compreender as transformações no contexto rural das regiões é essencial para avaliar o funcionamento do espaço regional e a viabilidade de um projeto de desenvolvimento rural que envolva diversos atores — jovens, idosos, mulheres, crianças,

entre outros — que busquem unir esforços para assegurar a continuidade da agricultura familiar.

4.1 Unidades rurais em Santa Catarina

A tabela 1 apresenta dados sobre a quantidade total de unidades produtivas rurais no Brasil, na região Sul, no estado de Santa Catarina e nas RGINTs de SC, com base no Censo Agropecuário de 2017. Além disso, a tabela distingue a agricultura familiar da não familiar e indica a participação percentual da agricultura familiar no total de estabelecimentos rurais.

Tabela 1. Número de estabelecimentos agropecuários – 2017

Discriminação	Total	Número (mil unidades)		Part% Agricultura familiar
		Agricultura não familiar	Agricultura familiar	
Brasil	5.073,3	1.175,9	3.897,4	76,8
Sul do Brasil	853,3	187,5	665,8	78,0
Santa Catarina	183,1	40,0	143,0	78,1
RGINT Florianópolis	7,8	1,9	5,9	75,7
RGINT Criciúma	22,6	4,7	17,9	79,2
RGINT Lages	18,4	6,8	11,6	63,0
RGINT Chapecó	68,4	10,6	57,8	84,5
RGINT Caçador	9,3	2,4	6,8	73,1
RGINT Joinville	22,5	4,8	17,6	78,2
RGINT Blumenau	33,8	8,5	25,2	74,5

Fonte: IBGE – Censo agropecuário. Tabela 6757. Elaboração própria.

Os dados da tabela 1 mostram a distribuição dos estabelecimentos agropecuários no Brasil e em Santa Catarina, destacando a predominância da agricultura familiar em diferentes RGINTs. O país possui um total de 5.073,3 mil unidades produtivas rurais, das quais 3.897,4 mil (76,8%) pertencem à agricultura familiar, proporção que é ainda maior na região Sul (78,0%) e em Santa Catarina (78,1%). Isso demonstra a forte presença da agricultura familiar no país, representando a maioria das unidades rurais.

A região Sul apresenta 853,3 mil unidades produtivas, das quais 665,8 mil são da agricultura familiar, o que corresponde a 78% do total. Esse percentual é um pouco maior que a média nacional, indicando a relevância da agricultura familiar na região. No estado de Santa

Catarina, há 183,1 mil unidades produtivas rurais, das quais 143 mil são da agricultura familiar, representando 78,1% do total. Isso mostra que a agricultura familiar desempenha um papel essencial na estrutura produtiva catarinense, especialmente para a reprodução social no meio rural, com uma participação ligeiramente superior à média nacional.

A análise por RGINTs mostra que a participação da agricultura familiar não é homogênea em todo o estado. A RGINT Chapecó se destaca com 68,4 mil estabelecimentos agropecuários, dos quais 84,5% são de agricultores familiares, percentual acima do estado, da região sul e do Brasil. Esse dado indica uma estrutura produtiva fortemente baseada em pequenas e médias unidades de produção, “tendo constituído, em apenas cinco décadas, o maior pólo agroindustrial de aves e suínos do país. Trata-se de um dos grandes exemplos brasileiros do potencial da agricultura familiar na alavancagem do crescimento econômico regional” (Silvestro et al, 2001, p. 32).

A RGINT Lages apresenta a menor participação da agricultura familiar (63,0%), o que sugere maior presença de grandes propriedades e sistemas produtivos baseados na agropecuária extensiva. Essa configuração pode dificultar a permanência da juventude no campo, dada a menor oferta de oportunidades produtivas para produtores familiares. As RGINTs Criciúma (79,2%), Joinville (78,2%) e Blumenau (74,5%) mantêm percentuais próximos à média estadual, indicando um equilíbrio entre agricultura familiar e não familiar. No entanto, regiões mais urbanizadas, como Joinville e Blumenau, podem apresentar desafios específicos relacionados à atração da juventude para empregos urbanos melhor remunerados.

A predominância da agricultura familiar, especialmente na RGINT Chapecó, reflete a importância dessa atividade para a região e a necessidade de políticas públicas direcionadas à reprodução social, visando a permanência dos jovens no campo, pois apesar da forte presença desse modelo de agricultura na RGINT Chapecó, desafios como a sucessão rural ainda são predominantes, intensificados pela dinâmica migratória da população jovem, como podemos observar na tabela 2.

4.2 População jovem em Santa Catarina

A tabela 2 apresenta a evolução da população jovem residente por situação de domicílio (urbana e rural) nas RGINTs de Santa Catarina nos anos de 2000, 2010 e 2022. A análise desses dados possibilita identificar tendências demográficas e padrões de urbanização ao longo do tempo, influenciados pela modernização da agricultura que trouxe dificuldades à sucessão familiar (Veiga, 2002) o que reflete nos achados deste estudo, onde

312,3 mil jovens rurais do estado de Santa Catarina saíram do campo, nas últimas décadas, em busca de oportunidades nas áreas urbanas.

Tabela 2. População jovem residente por situação de domicílio em SC – 2000,2010,2022

Região Geográfica Intermediária (RGINT)	Mil pessoas								
	Total			Urbana			Rural		
	2000	2010	2022	2000	2010	2022	2000	2010	2022
Florianópolis	788,0	965,7	1.071,2	728,2	903,8	1.033,6	59,7	61,8	37,5
Criciúma	773,8	866,7	812,7	562,9	697,6	695,7	210,8	169,0	117,0
Lages	352,3	353,3	293,3	278,6	292,4	247,1	73,7	60,9	46,1
Chapecó	329,8	349,7	353,6	210,6	260,1	288,9	119,2	89,5	64,7
Caçador	202,7	219,3	182,5	152,6	178,1	152,5	50,0	41,1	29,9
Joinville	1.014,4	1.200,3	1.157,3	873,0	1.060,2	1.046,9	141,4	140,1	110,3
Blumenau	1.256,9	1.600,9	1.702,5	1.035,4	1.389,0	1.544,0	221,5	211,9	158,5

Fonte: IBGE – SIDRA. Tabelas 200, 1378, 9952. Elaboração própria.

Ao analisar a Tabela 2, percebe-se que algumas RGINTs tiveram um crescimento constante na população jovem ao longo do período estudado. Já outras apresentaram um aumento de 2000 a 2010, seguido de uma redução de 2010 a 2022. Um exemplo é Criciúma, que tinha cerca de 773,8 mil jovens nos anos 2000, passou para aproximadamente 866,7 mil em 2010 e caiu para cerca de 812,7 mil em 2022. O mesmo padrão aconteceu em Lages, Caçador e Joinville: crescimento na população jovem entre 2000 e 2010, seguido de declínio entre 2010 e 2022.

Por outro lado, as RGINTs de Blumenau e Florianópolis tiveram os maiores aumentos na população jovem durante o período analisado. Blumenau registrou um crescimento de +445,6 mil jovens, enquanto Florianópolis teve um aumento superior a 283,2 mil jovens. Apesar de a RGINT de Joinville ter reduzido o número total de jovens entre 2010 e 2022, ela ainda teve um aumento geral de cerca de 142,9 mil jovens ao longo dos três períodos analisados. O mesmo aconteceu com a RGINT de Criciúma, que registrou um crescimento de aproximadamente 38,9 mil jovens. Já a RGINT de Chapecó seguiu uma tendência de aumento na população jovem total, com um acréscimo de cerca de 23,8 mil jovens. Por outro lado, as

RGINTs de Lages e Caçador, que tiveram crescimento na população jovem entre 2000 e 2010, apresentaram uma queda ao final de 2022. Em Lages, houve uma redução de aproximadamente 59 mil jovens, enquanto em Caçador essa diminuição foi de cerca de 20,2 mil jovens.

Em relação à população jovem urbana, as regiões de Criciúma, Lages, Caçador e Joinville tiveram crescimento entre 2000 e 2010, mas registraram uma redução de 2010 a 2022. No entanto, Criciúma e Joinville tiveram um aumento significativo na população jovem urbana entre 2000 e 2022, com crescimento de 132,8 e 173,9 mil jovens, respectivamente. Já Lages (-31,5 mil) e Caçador (-0,1 mil) apresentaram uma diminuição nesse período, o que pode indicar que os jovens estão migrando para outras regiões. Por outro lado, as RGINTs de Florianópolis (+305,4), Chapecó (+78,3) e Blumenau (+508,6) continuaram a registrar aumento na população jovem urbana ao longo de todos os períodos analisados.

O aumento da população jovem nas cidades aponta para uma concentração urbana crescente, exigindo políticas públicas eficazes para inserir esses jovens no mercado de trabalho urbano. Paralelamente, é fundamental fortalecer estratégias que incentivem a permanência dos jovens no campo e implementar políticas públicas regionais específicas para a juventude rural. Essas políticas devem proporcionar melhores condições de vida, acesso a tecnologias e valorização da agricultura familiar como uma alternativa promissora e viável.

Ademais, a Tabela 2 revela que na RGINT Florianópolis, o número de jovens residentes em áreas rurais cresceu entre 2000 e 2010, seguido por uma diminuição de 2010 a 2022. As demais RGINTs apresentaram uma redução na população jovem rural durante o período analisado, acompanhando a tendência de queda observada em nível nacional. Em ordem decrescente de redução, destacam-se as regiões: RGINT Criciúma (-93,8%), RGINT Blumenau (-63%), RGINT Chapecó (-54,5%), RGINT Joinville (-31,1%), RGINT Lages (-27,6%), RGINT Florianópolis (-22,2%) e RGINT Caçador (-20,1%).

Esse quadro representa um “reflexo de um câmbio demográfico mais amplo que está diretamente relacionado com as transformações que incidiram no espaço rural e, particularmente, no universo social em que opera a dinâmica da agricultura familiar” (Pollnow, Caldas, Anjos, 2023, p.3). Além disso, como aponta Carneiro (2012), o acesso à educação e infraestrutura influencia diretamente a decisão dos jovens rurais, o que pode explicar por que a população jovem rural tem diminuído ao longo do tempo.

Assim, os resultados desta pesquisa demonstram a relação entre a juventude rural e a reprodução social da agricultura familiar, corroborando as discussões teóricas de autores como Abramovay (1998), que destaca os desafios da permanência dos jovens no campo, e

Veiga (2002), que aborda a modernização agrícola e suas consequências para a sucessão familiar.

A tendência observada no estudo, conforme indicam os dados dos três últimos censos do IBGE, de um percentual significativo de aumento de jovens urbanos e diminuição de jovens rurais pode ser explicada pelas transformações econômicas e culturais no meio rural, conforme discutido por Veiga, (2002), Grossi e Silva (2002) e Wanderley (2003) e pela dificuldade da juventude rural encontrar perspectivas de trabalho e renda no meio rural o que reflete no desafio para a reprodução social da agricultura familiar. A análise por regiões sugere que, mesmo em contextos com alta participação da agricultura familiar, fatores como acesso à educação, tecnologia, infraestrutura e políticas públicas podem influenciar a decisão dos jovens de migrarem para áreas urbanas.

As políticas voltadas à juventude rural necessitam considerar essa variação regional para oferecer incentivos direcionados. Em áreas como Chapecó, por exemplo, o fortalecimento de programas de sucessão rural pode potencializar a permanência dos jovens. Já em regiões como Lages, onde a agricultura familiar tem menor peso, pode ser necessário um esforço maior para fomentar alternativas produtivas viáveis, como agroindústrias familiares e cadeias curtas de comercialização.

A análise dos dados do Censo do IBGE 2000, 2010 e 2022 permite compreender a dinâmica demográfica da população jovem urbana e rural nas RGINTs de SC, evidenciando tendências de êxodo rural. Esses números reforçam a continuidade da migração rural juvenil, impulsionado por fatores como a busca por melhores oportunidades educacionais e profissionais nas cidades, a mecanização da agricultura e a falta de incentivos que garantam a permanência dos jovens no campo. Esse declínio na juventude rural tem implicações diretas para a reprodução social da agricultura familiar, pois a diminuição da força de trabalho e da sucessão geracional pode comprometer a continuidade das propriedades familiares.

Nesse contexto, as sete teses de Van der Ploeg (2009), oferecem importantes elementos analíticos para refletir sobre a reprodução social da agricultura familiar. Uma das contribuições centrais de Van der Ploeg está na valorização do campesinato como uma forma distinta de desenvolvimento rural, baseada na autonomia, no controle dos recursos e no enraizamento territorial. Essa perspectiva permite compreender que a permanência dos jovens no meio rural não depende apenas de fatores econômicos, mas também da construção de condições que garantam sentido, identidade e viabilidade à vida no campo. Ao destacar que a agricultura familiar não é residual nem ultrapassada, mas sim uma forma ativa de resistência e inovação diante das pressões do agronegócio e da modernização agrícola, Van

der Ploeg abre espaço para enxergar a juventude rural como sujeito estratégico na continuidade e renovação dessas práticas (Van Der Ploeg).

Além disso, a ideia de que os camponeses constroem “novos estilos de desenvolvimento” por meio da diversificação das atividades, da articulação com mercados diferenciados e da ressignificação da produção agroalimentar, aponta caminhos concretos para a reprodução social das famílias, incluindo os jovens, pois “o progresso construído pelo camponês reverte-se também em progresso para a comunidade e para a região” (Ploeg, 2009, p.21). Desse modo, as teses de Van Der Ploeg (2009) destacam a importância de redes sociais, conhecimentos locais e estratégias coletivas, elementos fundamentais para fortalecer o vínculo dos jovens com o território e ampliar suas possibilidades de inserção produtiva e social. Portanto, pensar a juventude rural a partir dessas teses significa reconhecer sua capacidade de agência na construção de alternativas sustentáveis, desde que existam políticas públicas e condições sociais que valorizem suas trajetórias, saberes e aspirações no campo.

Essas reflexões encontram respaldo empírico na pesquisa de mestrado de Ceratti (2020), intitulada "Juventude rural: desafios e possibilidades de reprodução social da agricultura familiar". Realizada com 27 estudantes do curso técnico em agropecuária do Instituto Federal Catarinense (IFC), Campus Concórdia, a pesquisa evidencia que a escolha por essa formação está muitas vezes relacionada a estratégias familiares de reprodução social da agricultura familiar. Os jovens buscam aplicar os conhecimentos adquiridos para melhorar as atividades produtivas nas unidades familiares, evidenciando uma valorização do meio rural como espaço de trabalho e vida. No entanto, a pesquisa também aponta que a decisão de permanecer ou sair do meio rural é influenciada por fatores como acesso à terra, renda, infraestrutura e serviços públicos, além de questões culturais e de gênero (Ceratti, 2020).

Essas constatações têm implicações diretas para a formulação de políticas públicas voltadas à juventude rural. A pesquisa destaca a importância de políticas que promovam o acesso à educação de qualidade, apoio à sucessão familiar, valorização da profissão de agricultor e melhoria das condições de vida no campo. Além disso, destaca a necessidade de considerar as especificidades de gênero nas políticas, uma vez que as jovens mulheres enfrentam desafios adicionais para permanecer no meio rural. Assim, a pesquisa de Ceratti (2020) oferece elementos concretos para o desenvolvimento de políticas públicas que reconheçam e fortaleçam o papel da juventude para a reprodução social agricultura familiar e o desenvolvimento regional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados censitários e agropecuários evidenciou um processo persistente de redução da população jovem nas áreas rurais de Santa Catarina, mesmo em regiões com forte presença da agricultura familiar, como a RGINT Chapecó. Essa tendência reflete transformações estruturais que afetam a reprodução social da agricultura familiar e revelam as limitações das políticas públicas em promover condições reais de permanência da juventude no meio rural.

Ao relacionar os achados empíricos com os aportes teóricos de autores como Abramovay (2003), Carneiro (2012), Ceratti (2020) e Van der Ploeg (2009), destaca-se que a migração juvenil não é apenas fruto de fatores econômicos, mas também da ausência de condições estruturais e simbólicas que deem sentido e viabilidade à vida no campo. Os dados demonstram que, ainda que existam políticas públicas voltadas à juventude rural e à agricultura familiar, elas são insuficientes ou mal adaptadas às realidades e particularidades regionais, falhando em oferecer perspectivas concretas de sucessão geracional. Essa dinâmica reforça a necessidade de um olhar mais atento sobre as condições estruturais e as oportunidades de permanência dos jovens no meio rural.

As sete teses de Van der Ploeg (2009) oferecem uma leitura crítica e propositiva da agricultura familiar como forma ativa de resistência e construção de alternativas de desenvolvimento regional sustentável. Nessa perspectiva, a permanência da juventude no campo depende da criação de redes sociais de apoio, do fortalecimento da autonomia produtiva, do acesso à terra e à renda, bem como da valorização dos saberes locais e da identidade rural.

Portanto, para que a agricultura familiar continue exercendo seu papel estratégico na segurança alimentar e no desenvolvimento regional, é urgente a elaboração de políticas públicas que considerem as especificidades territoriais e promovam a inserção da juventude rural como sujeitos ativos e protagonistas na construção de novas ruralidades. O futuro da agricultura familiar está diretamente relacionado à capacidade de reconhecer, apoiar e fortalecer os projetos de vida dos jovens no campo para garantir que esse espaço continue sendo um local viável e promissor para as futuras gerações.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo (et al). **Juventude e agricultura familiar: Desafios dos novos padrões sucessórios.** Brasília. UNESCO, 1998.

ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro das regiões rurais.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ALMEIDA, Mauro Willian Barbosa de. **Redescobrindo a família rural**. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, n.1, vol.1, p.66-83, julho, 1986.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA.

CARNEIRO, Maria Jose; MARTINS, Maíra. **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Seminário Nacional “Juventude Rural em Perspectiva”, CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2 a 4 de maio de 2006. Disponível em: https://www.inter-reseaux.org/wp-content/uploads/Juventude_rural_e_politicas_publicas_no_Brasil_3.pdf?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 21 abr. 2025.

CARNEIRO, M. J. **Juventude rural e políticas públicas: dilemas e desafios**. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 20, n. 1, p. 79-105, 2012.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural: “apenas uma palavra” ou “mais que uma palavra”**. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 29., 2005, Caxambu. Anais [...]. São Paulo: ANPOCS, 2005. p. 1-38. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/papers-29-encontro/gt-25/gt21-19/3812-ecastro-juventude/file>. Acesso em: 21 mar. 2025.

CASTRO, Elisa Guaraná de Castro (et al). Juventude e agroecologia: a construção de uma agenda política e a experiência do Planapo. Capítulo publicado em: **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável** / Organizadores: Regina Helena Rosa Sambuchi ... [et al.]. – Brasília : Ipea, 2017.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural no Brasil: reprodução social, sucessão e políticas públicas**. Estudos Sociedade e Agricultura, v. 27, n. 2, p. 404-429, 2019.

CERATTI, Eliziane Raquel Rauch. **Juventude rural: desafios e possibilidades de reprodução social da agricultura familiar**. 2020. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais). Unochapecó, Brasil – Chapecó, 2020.

CORONA, Hieda Maria Pagliosa. **A reprodução social da agricultura familiar na região metropolitana de Curitiba em suas múltiplas interrelações**. 2006. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil – Curitiba, 2006.

DEL GROSSI, M. E.; GRAZIANO DA SILVA, J. **Juventude rural e políticas públicas no Brasil: desafios e perspectivas**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2002.

LAMARCHE, Hugues (coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional: uma realidade multiforme**. Campinas: UNICAMP, 1993. 336 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

OLIVEIRA, Antônio Tadeu Ribeiro de. **Dinâmica demográfica e distribuição espacial da população: cenários para 2040, um olhar socioeconômico**/ AntônioTadeu Ribeiro de Oliveira, Maria Mônica O'Neill. – Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. **Os atores da construção da Categoria Agricultura Familiar no Brasil.** RESR, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S063-S084, 2014 – Impressa em Fevereiro de 2015

POLLNOW, Gernano Ehler; CALDAS, Nádia Velleda; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Sucessão geracional e instalação de jovens na agricultura: a percepção de organizações sindicais da Espanha.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/gjhrV75hj73Vhz6GNyLGCQD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 21. Mar. 2025.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. **Sete teses sobre a agricultura camponesa.** In: PETERSEN, Paulo (org.). Agricultura familiar camponesa na construção do futuro. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 17-32. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/handle/11465/373>. Acesso em: 25 mar. 2025.

SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA (SIDRA), 2025. Disponível em <www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 mar. 2025.

_____. Tabela 200 - População residente, por sexo, situação e grupos de idade - Amostra - Características Gerais da População. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/200>. Acesso em: 10 mar. 2025.

_____. Tabela 1378 - População residente, por situação do domicílio, sexo e idade, segundo a condição no domicílio e compartilhamento da responsabilidade pelo domicílio. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1378>. Acesso em: 12 mar. 2025.

_____. Tabela 9952 - População, total e indígena, de 15 anos ou mais de idade, por alfabetização, sexo, grupos de idade, localização e situação do domicílio. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/9952>. Acesso em: 15 mar. 2025.

SILVESTRO, Milton Luiz; MELLO, Márcio Antônio de; DORIGON, Clóvis. **A agricultura familiar no Oeste Catarinense: repensando novas possibilidades.** Agropec. Catarin., v.14, n.2, jul. 2001. Disponível em: <https://publicacoes.epagri.sc.gov.br/rac/article/view/1385/1236>. Acesso em 13 mar.2025.

SPANEVELLO, Rosani Marisa. **A dinâmica sucessória na agricultura familiar.** Tese de Doutorado em Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS – Porto Alegre, 2008.

STROPASOLAS, Valmir Luís. **O mundo rural no horizonte dos jovens.** 1. ed. Florianópolis/SC: Editora da UFSC, 2006. v. 1000. 346 p.

VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula.** Campinas: Autores Associados, 2002.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **A ruralidade no Brasil moderno: por um olhar integrado.** Estudos Sociedade e Agricultura, v. 11, p. 89-118, 2003.

WANDERLEY, M. N. B. **O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro.** Agriculturas. v.especial, p.33-46, 2009.

WANDERLEY, M. N. B. **O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência.** RESR, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S025-S044, 2014 – Impressa em Fevereiro de 2015.